



Associativismo, profissões e políticas públicas

III Seminário Nacional de Trabalho e Gênero

Sessão temática:

6. Casa, gênero e trabalho

Coordenadora: Isabel Georges
(*Institut de recherche pour le développement* – França /Unicamp)

A modernidade, o trabalho e a mulher

Verônica Lima da Fonseca Almeida

A modernidade, o trabalho e a mulher

Verônica Lima da Fonseca Almeida¹

Resumo

Este artigo trata sobre as mudanças ocorridas na agricultura familiar, o trabalho de mulheres em casa e a modernidade como benéfico à vida da mulher. O estudo foi desenvolvido no município de São João D'Aliança, este possui uma população que sempre viveu da agricultura de subsistência. Tem como abordagem metodológica o levantamento da memória de homens e mulheres residentes neste município e com idade entre 30 a 92 anos de idade. Os resultados demonstraram que a perda de terras, originados inicialmente com a construção de Brasília e posteriormente com a modernização agrícola, ambos trouxeram alterações significativas na vida dos grupos familiares, pois estes tiveram sua produção reduzida e seu acesso aos recursos naturais do cerrado estão cada vez mais restrito pela degradação ambiental, além disto, há o aumento da pobreza pela falta de emprego, o que conduz a homens e mulheres a buscarem alternativas com trabalhos temporários e com a produção de artigos alimentícios, acessórios e outros produzidos em casa.

PALAVRAS-CHAVE: agricultura familiar; trabalho temporário; trabalho em casa.

INTRODUÇÃO

Este artigo tem como objetivo discutir a relevância da modernidade com um evento que trouxe transformações na vida da família, influenciando o trabalho da mulher fora e dentro de casa. O artigo é resultado parcial da pesquisa de mestrado realizada no Centro de Desenvolvimento Sustentável da Universidade de Brasília, o estudo *Gênero e Sustentabilidade no Cerrado Goiano* (Almeida, 2010). Foi verificado que poucos estudos têm discutido a conservação ambiental como um conceito da modernidade e que tem influenciado as mulheres a produzir renda dentro de casa através de praticas tradicionais renovadas através de cursos de capacitação. A metodologia utilizada foi à pesquisa de campo com o levantamento da memória com homens e mulheres com idade entre 30 a 92 anos, todos residentes no município de São João D'Aliança desde 1960. As observações e as vivências dos grupos familiares foram relevantes, pois através destas procurou-se entender a configuração do modo de vida tradicional e as mudanças que foram ocorrendo. Isto por que se compreende que a *memória coletiva* é feita de lembranças que podem reconstituir o passado e uma trajetória de vida, é um caminho que pode assegurar o repasse desses valores simbólicos (Halbwachs, 1990).

Procurou-se organizar o artigo primeiramente situando o município investigado buscando apresentar a característica rural de São João D'Aliança configurando as atividades das fazendas, da terra de posse e da pequena propriedade, nestas grupos familiares sempre desenvolveram uma agricultura de subsistência tendo a lavoura e a criação de gado como sustento principal do grupo, por isto procura-se esboçar as formas de organização e produção

¹ Mestre pelo Centro de Desenvolvimento Sustentável -UnB - veronicalfa@gmail.com

do modo de vida destes grupos tradicionais, bem como demonstrar as mudanças que foram ocorrendo ao longo do tempo, tendo a modernização da agricultura como o principal fator de transformações.

Seguidamente descreve-se sobre o trabalho nas fazendas modernas, onde busca-se demonstrar a situação de desigualdade no trabalho por sexo, tipo de trabalho direto e indireto que refletem o trabalho precário na região. Posteriormente apresenta a realidade do trabalho realizado por mulheres em casa, onde se analisa este como uma forma de contribuir com o sustento familiar e configura uma autonomia, mas também fala da necessidade de capacitação e da dificuldade de por o produto no mercado. E por fim, procura-se abordar sobre a modernidade como evento que tem oportunizado a mulher grandes mudanças, onde a política pública e as oportunidades de trabalho em casa ou fora de casa têm contribuído para sua autonomia, possibilitando a mulher decidir o seu destino.

O município de São João D'Aliança fica localizado no nordeste do Estado de Goiás, na região da Chapada dos Veadeiros. São João D'Aliança possui uma área de 3.327 km, população de 8.117 habitantes, fazendo divisa com os municípios de Alto Paraíso, Nova Roma, Água Fria, Planaltina de Goiás, Formosa, Niquelândia e Flores de Goiás. Fica a 160 km de Brasília e a 394 km da capital Goiânia.

Este município tem uma característica rural marcante, já que as fazendas foram às primeiras formas de organização social e produtiva, com o trabalho da lavoura e a criação de gado, tendo os trabalhadores e proprietários como percussores da produção econômica, assim a economia de subsistência é que predominava (Brandão, 1981).

Outro modo de vida de grupos familiares presentes na região do município são as terras de posse. Segundo informantes, quando as atividades de mineração já estavam se esgotando, “muita gente que ficou sem trabalho e não tinha onde produzir, juntamente com outros trabalhadores de fazendas da região, procurou adquirir terras”. Desta forma, eles se organizaram em grupos e percorreram a região procurando terras consideradas *do governo e terras identificadas como devolutas* (Silva, 2010). De acordo com um informante, foi entre 1910 a 1940 ainda havia muita terra sem dono, muita mata virgem e lugares de difícil acesso. Esses eram escolhidos pelo grupo que logo depois construía casas, levavam suas famílias para morar e produzir na terra de posse. Entretanto, a fixação dos posseiros a terra dependia muito de dois fatores: um relacionado ao tamanho do grupo que ocupava e o outro ao acesso da área ocupada. Quanto mais difícil o acesso, maiores seriam as chances de esses ficarem com a terra. Assim também quanto maior o grupo maiores seriam as chances deste permanecer na terra.

As práticas de produção na fazenda e na terra de posse se diferenciam. Enquanto na fazenda, o lavrador trabalha a terra por empreita ou meia, na posse a terra de trabalho é de uso comum e todos trabalham para si, embora uns ajudem os outros no sistema de mutirão (Almeida, 1988). Foi a partir dessas formas de organização de vida na fazenda e na posse que São João D'Aliança foi se constituindo em um povoado, tornando-se município.

Entre 1940 e 1944, o município era muito isolado, por isto alguns proprietários de terras da região doaram ou venderam barato pequenos pedaços de terras para pessoas que vinham de fora ou para parentes que casavam. Foi assim que surgiu o pequeno proprietário com pouca terra, a maioria vivendo na parte urbana. Entretanto, há outro tipo de pequeno proprietário: são filhos de origem da fazenda e que ao se casarem herdaram um pequeno lote de terra, onde passam a constituir sua vida numa espécie de pequena propriedade ou chácara (esta poderia ser nas terras herdeiras ou fora desta). Eles organizavam uma forma de viver neste lote, onde plantavam e colhiam no fundo do quintal, tendo a mulher e os filhos com os principais produtores.

Nesta realidade, a mulher ao perceber que os recursos produzidos pela família eram pouco, esta procurava fazer algo para vender e ter uma alternativa para aumentar a renda da família. Neste sentido, havia a produção de bolos, biscoitos, doces e até trabalhos domésticos em casas de família.

De acordo com informante:

Os homens desta família brigavam muito para que a mulher não tivesse este tipo de iniciativa, pois estes entendiam que a mulher não tem que estar fora de casa deve trabalhar apenas para a família. Mas muitas mulheres diante da ausência do marido procuravam trabalhos fora de casa, principalmente depois que os filhos estavam ficando maiores e um tomava conta do outro, daí ficava mais fácil.

Estas formas de resistência a ordem e dominação masculina (Bourdieu, 2007) ocorriam principalmente em função da pobreza, da necessidade de atender os filhos e complementar o orçamento doméstico. Segundo a informante 1970 foi uma época difícil, já havia estas iniciativas, mas eram poucas mulheres que de fato conseguiam enfrentar o marido e a família, para fazer trabalho para fora ou trabalhar fora de casa. Além disto, o trabalho nesta época não era fácil, havia mais trabalho para homens ou para toda a família em fazendas, do que para a mulher. Porém, sempre havia mulheres que tinha maior poder aquisitivo e procuravam outras mulheres para realizar serviços domésticos em suas residências.

As mudanças na vida dos grupos familiares começaram com o processo de perda de terras em 1959. Muitas famílias tiveram que ir para a parte urbanizada do município, passando a trabalhar como empregados ou abrindo pequenos comércios para sobreviver na cidade. Era o momento da construção de Brasília, o que trouxe muitas mudanças para o município, possibilitando maior comunicação com a abertura de estradas, instalação de energia elétrica e posto telefônico, dentre outros. Após esse momento, veio a exploração do mineral Manganês. A primeira fase da exploração foi nos anos 1970, quando vieram representantes de uma empresa de São Paulo para fazer pesquisas. Houve a extração de manganês, mas não trouxe grandes transformações: pouco tempo depois que o mineral escasseou, os responsáveis sumiram, ficando a população na situação de antes.

Nesse período o processo de perda de terras se intensifica, muitos foram para a parte urbanizada.

Também neste momento aumentava a proximidade de São João D'Aliança com Brasília, pois este município passou a ser servido por rodovias (GO 118 e/com BR 010). Temos ainda a instalação e ampliação de rede telefônica, energia elétrica e o incentivo ao desenvolvimento regional com o estímulo a agricultores vindos do sul para explorar a terra de forma mecanizada, o que trouxe grande impacto e modificação no espaço do cerrado local.

A história da produção da região inclui alguns fracassos ainda muito marcantes para a população local, como a iniciativa de favorecer o desenvolvimento regional com a cessão de terras a cerca de 30 empresários oriundos do sul do país, na década de 80. Os resultados mais evidentes, hoje, são: a grande degradação ambiental, considerável perda de solos com o plantio de grãos, principalmente da soja e grande número de trabalhadores rurais, contratados pelas empresas gravemente intoxicados por agrotóxicos. Daqueles empresários, permaneceram na região apenas 10% do número inicial (CHALUB-MARTINS, 2005, p. 2).

No que se refere à intoxicação por agrotóxicos conforme Chalub-Martins já havia levantado e também segundo informantes, ainda há muitos casos na atualidade. A situação está em destaque no município, pois em junho de 2009 houve mais um óbito em função da intoxicação causado pelos produtos de insumos químicos de uso da agricultura moderna.

Esta agricultura mecanizada no nordeste goiano passa a ser bastante significativa. De acordo com Lima (2002, p. 3), os municípios com maiores áreas destinadas a estas atividades são: São João D'Aliança com 55,06%, Alto Paraíso com 22,50%, Monte Alegre com 7,75% e Campos Belos com 7,30%. A chegada do desenvolvimento regional traz a modernização na plantação e em São João D'Aliança temos o arrendamento de terras para o cultivo de eucalipto e batatinha, a partir de investidores de todo o país, principalmente de Minas Gerais.

A década de 1990 foi o marco para a população de São João D'Aliança, pois para os informantes este foi o momento em que muitos perceberam as mudanças no município, em especial, com relação ao trabalho, a economia de subsistência (Brandão, 1981). Neste universo verificou-se que a falta de trabalho ou os trabalhos temporários é que se mantém, não apenas lá, mas na região. Com a agricultura mecanizada as máquinas substituem muita mão-de-obra, originando muito desemprego devido à crescente transformação econômica, social, política e ambiental. Na atualidade o desmatamento, o uso abusivo de agrotóxico e as questões trabalhistas estão em destaque nesse cenário.

O TRABALHO NAS FAZENDAS

A realidade da oferta de trabalho no município situa-se entre o emprego público, o comércio e as fazendas modernas. Uma vez que a análise da nova composição da agricultura no município, demonstrou que as grandes produções são as principais fontes de trabalho nas grandes fazendas. Essas fazendas correspondem a modelos que serão caracterizados a seguir. Há uma grande variedade de produção como soja, milho, batata, cebola, etc em uma fazenda. O que denota que a modernização (Giddens, 1999) veio e parece não ter limites para se instalar. Se antes se pensava em modernização apenas pela produção da soja, do milho e do feijão, agora não é bem assim.

A senhora Fadinha Fernandes, proprietária do Hotel Fernandes no município, esclarece que a primeira empresa de agronegócio que surgiu no município foi de plantação de batatinha, sendo que os representantes eram de Minas Gerais e ficaram hospedados em seu estabelecimento. Essa produção não foi para frente. A Soja e o Milho passaram a ser as principais plantações, com os “gaúchos.”

Entretanto, na atualidade, já há um retorno da plantação de batatinha, além de cebolas e abóboras como uma grande produção que abastece os mercados do Distrito Federal, principalmente Brasília. Uma empresa rural típica do município é esquematizada no quadro seguinte, com alguns detalhes de sua estrutura funcional informada pelos entrevistados.

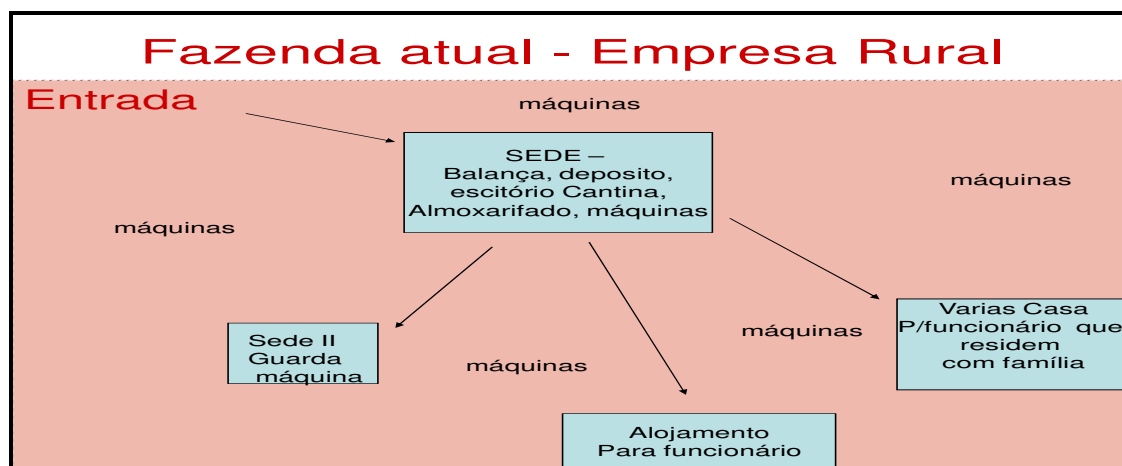


Ilustração 1 - Modelo de uma fazenda moderna

A **Fazenda Agropecuária do Distrito Federal - ADF Rural** está situada no município, ficando próxima a Niquelândia. Conforme informações obtidas em entrevista com dois funcionários, a fazenda também planta milho e soja, mas a sua principal produção é a batatinha. Estes também listaram pela memória o quadro de funcionários existentes na empresa rural. O espaço ocupado por esta fazenda é bastante relevante, pois a distância que há entre a sede, os alojamentos e os espaços ocupados pelas máquinas demonstram que este tipo de produção realmente ocupa muitas áreas o que reduz a capacidade de acesso de pequenos proprietários aos recursos locais. Conforme Alves (2010) surge um novo proletariado industrial, complexo e heterogêneo, cuja redução numérica em seu centro produtivo tende a ocultar sua expansão periférica.

Esta lógica da produção moderna que no discurso afirma aumentar a produção de alimentos impacta a vida de pequenos proprietários rurais e de trabalhadores que não tiveram condições de se atualizarem com instruções capazes de capacitá-lo e qualificá-lo (Giddens, 1999) para trabalhar neste novo modelo de produção moderna.

Quadro de funcionário - trabalho direto

- 1- Gerente administrativo(1) atua no escritório, indo na fazenda 2 ou 3 dias durante a semana (dorme) residem em Formosa com sua família.
- 2- Engenheiro agrônomo (1) – residem SJA - indo todos os dias a fazenda
- 3 - Técnico agrícola mora em SJA (1)– indo todos os dias a fazenda
- 4 - Técnicos agrícolas moram na fazenda(2)
- 5 - Encarregados de campo –(2) moram na fazenda com a família e 1 solteiro
- 6- Encarregada financeiro – (1) Lúcia - mora em Formosa
- 7- Auxiliar financeiro- (1)Aldinéia - mora na fazenda
- 8 - Mecânicos que cuidam das máquinas- (3)moram na fazenda e (1) em SJA
- 9 - Trabalhadores de volante - serviços gerais moram na fazenda
- 10 - Tratorista - operador de máquinas - pessoas que estão em fase de aprender a trabalhar com a máquina.
- 11- Pivorista (para irrigar).
- 12- Auxiliar de agricultura que ficam junto com o tratorista.
- 13- Encarregado da equipe para executar a função cerca de 20 pessoas todos homens.

Ilustração 2 - Quadro de funcionários de uma fazenda moderna

Nesta fazenda há varias funções sendo exercidas por homens e mulheres como:

Cargos	Sexo
Trabalhador no Almoxarifado	Homem
Operador de máquinas	Homem
Escritório	1 mulher
Cantina	5 mulheres
Gerente Administrativo	homem
Engenheiro Agrônomo	homem
Técnico Agrícola	2 homens
Encarregado de Campo	homem

Gerente financeiro	mulher
Auxiliar financeiro	mulher
Mecânicos	homem
Tratorista	homem
Encarregados	20 homens
Trabalhador volante (serviços Gerais)	homens

Ilustração 3 - Divisão por sexo dos empregados da fazenda moderna

É possível observar que a maioria dos trabalhadores são homens que ocupam cargos que vão desde administrador a encarregado, ou seja, das tarefas mais complexas às mais simples. Enquanto as mulheres, em sua maioria, têm ocupado postos tradicionais: cinco mulheres atuam na cantina e apenas três casos específicos no escritório. Ou seja, a mulher atua no espaço doméstico, preparando alimentos ou atendendo telefones e conferindo as finanças e gastos, enquanto o homem atua no espaço público envolvendo finanças, poder, força, manuseio de máquinas e do solo na produção. A questão de se contratar mulheres e homens passa pela visão do administrador que atua sobre um modelo ideal, onde mantém para a mulher o papel doméstico e para o homem o papel público. A percepção que comanda a ação é discriminatória e tem prevalecido ao longo dos tempos, onde a mulher fica em segundo plano. O que ficou entendido é que contratam-se as pessoas pelo conhecimento de um funcionário sobre outro, mas cada um ocupa o trabalho definido como ideal, seja para o homem ou para a mulher.

Na Convenção Internacional do Trabalho realizada em Genebra em 1958, buscou-se assegurar que a discriminação seja eliminada através de políticas públicas que visem a promover o direito de igualdade e oportunidade de todos. A convenção de N° 111 sobre a Discriminação em Matéria de Emprego e Profissão assegura que:

1. Para os fins desta Convenção, o termo "discriminação" compreende:
 - a) toda distinção, exclusão ou preferência, com base em raça, cor, sexo, religião, opinião política, nacionalidade ou origem social, que tenha por efeito anular ou reduzir a igualdade de oportunidade ou de tratamento no emprego ou profissão;
 - b) qualquer outra distinção, exclusão ou preferência que tenha por efeito anular ou reduzir a igualdade de oportunidade ou tratamento no emprego ou profissão, conforme pode ser determinado pelo País-membro concernente, após consultar organizações representativas de empregadores e de trabalhadores, se as houver, e outros organismos adequados.
2. Qualquer distinção, exclusão ou preferência, com base em qualificações exigidas para um determinado emprego, não são consideradas como discriminação.
3. Para os fins desta Convenção, as palavras "emprego" e "profissão" compreendem o acesso à formação profissional, acesso a emprego e a profissões, e termos e condições de emprego (SECRETARIA ESPECIAL DE POLÍTICA PARA AS MULHERES, 1958, p. 2).

Assim, os Países signatários dessa Convenção comprometem-se, por meios adequados, a adotar condições e práticas nacionais para assegurar a eliminação de todas as formas de discriminação. No entanto, percebe-se que o Brasil, mesmo tendo se comprometido, na prática tem dificuldades de controle, pois as discriminações ocorrem de forma camuflada, onde o sexo, a opinião política e outros atributos podem ser o ponto principal para ter ou não o emprego garantido. O que se verifica, é que há uma desigualdade quanto às funções e o acesso ao trabalho entre os sexos masculino e feminino.

La desigualdad de género surge de las construcciones socioculturales e históricas que transforman las diferencias sexuales en discriminaciones; éstas se expresan en la división sexual del trabajo y jerarquizado a recursos materiales e simbólicos, así como al poder en sus distintas expresiones (CEPAL, 2002-2003, p. 4).

Ao perguntar por que a mulheres estão em sua maioria na cozinha e não na administração, os informantes disseram que a fazenda é um lugar de muito trabalho e é o homem quem já sabe o que de fato tem que ser feito. A presença masculina faz com que muitos funcionários mantenham o respeito e trabalhem bem.

Por outro lado, a questão da discriminação não está apenas ligada ao sexo, mas envolve o trabalho indireto. Os trabalhadores temporários, embora trabalhem na fazenda, não estão sob a responsabilidade do administrador desta, e sim do mediador, a pessoa que contratou os trabalhadores. Compreende-se que este trabalho temporário no sentido de Alves (2010) é interpenetrado por unidades de subcontratação industrial e de “serviços” (vale dizer, um neoproletariado “pós-moderno” com estatutos sociais precários).

Há aí uma falta de compromisso ou exclusão com trabalhadores que, de uma forma ou de outra, contribuem com o seu trabalho e com os lucros da fazenda. Desta forma temos a diferenciação do Trabalho direto e trabalho indireto.

Dois tipos de Trabalho

- Trabalho direto - Todos os funcionários possuem carteiras assinadas - registradas, tendo horário e muitas atividades a serem cumpridas. São cerca de 80 funcionários nessa condição.
- Trabalho indireto – os trabalhadores trabalham no período de safra colhendo batata, soja, café, feijão e etc. Nesse tipo de trabalho não há o registro de carteira ou contrato trabalhista que garanta o vínculo empregatício.

Ilustração 4 - Tipos de trabalho em uma fazenda moderna

No processo de trabalho indireto, temporário, embora os funcionários afirmem que só homens trabalhem, vários informantes denunciam que tanto homens como mulheres e adolescentes atuam.

Compreende-se aqui que o trabalho temporário é conforme Minayo Gomez. & Costa Thedim (1999) a precarização, o não-trabalho, é mais do que o desemprego, o fato das mulheres atuarem neste trabalho, mas sem qualquer vínculo empregatício e só receber se realmente trabalhar e vender o produto.

Entende-se que os trabalhadores temporários já estão excluídos por não fazerem parte do sistema de trabalho direto com registro na carteira. Logo, sua auto-estima tende a ser muito baixa. Mas, mantêm uma percepção de que podem algum dia ser contratados. Na verdade, não passam de mão-de-obra barata que só atua diante das sobras, ou seja, das atividades que a máquina não consegue fazer, é o trabalho precário.

Conforme informantes da fazenda ADF Rural são cerca de 80 trabalhadores, com

carteira assinada, enquanto que no trabalho indireto, são 120 trabalhadores. Um funcionário afirma que as relações do trabalho temporário são também regidas por contrato.

Mas outras pessoas que foram entrevistadas afirmam que não há contrato algum entre os responsáveis pela fazenda e os trabalhadores temporários e sim um acordo com uma pessoa conhecida como Gato (pessoa que reúne os desempregados) que busca os trabalhadores, acerta o valor que eles iram ganhar por área de trabalho colhida. Esse intermediário é que seria a ligação entre a fazenda, a força do trabalho e o dinheiro do trabalhador.

O trabalho indireto é realizado também nas demais fazendas, como a **Fazenda Izabel** que é moderna e bastante próspera porque produz arroz, feijão e soja. Nela há uma das maiores produções da agricultura moderna no município. A Fazenda também segue o padrão de contratação de trabalho direto e indireto.

Em seguida, temos a **Fazenda de café** que tinha como responsável um Japonês vindo de São Paulo para produzir café. De acordo com informações atuais, ele vendeu a fazenda e foi embora por ter sido vítima de assaltos. A fazenda também segue o padrão de organização, mantendo também o trabalho temporário.

E por fim, temos uma **fazenda com produção de bananas**, sendo uma iniciativa nova e que aos poucos está se consolidando. É nestas fazendas modernas que a população busca trabalho, tanto homens como mulheres e muitas vezes toda a família. Quem não consegue trabalho e não está aposentado ainda tem procurado fazer bicos. A mulher é que tem tido mais oportunidade de trabalho em casas de famílias, onde ela atua como doméstica e o homem para cuidar da lavoura ou gado. Mas também há casos de mulheres que buscam outras alternativas com uma produção de alimentos, acessórios, costura e outros tipos de atividades realizadas em suas residências, que será apresentado a seguir.

O TRABALHO DAS MULHERES EM CASA

Nos final dos anos 90 houve uma mobilização de agricultores que discutiam sobre os problemas locais, sendo as mulheres o destaque do movimento. Alguns representantes deste movimento procuraram na Universidade de Brasília apoio e formas de resolver as questões locais. Foi a partir daí, que foi criado o Projeto Mulheres das Águas em 2001 reunindo representantes da Universidade de Brasília - alunos ou professores - e representantes da população local. Neste observou-se que tanto homens como mulheres atuam no Projeto, sendo que as mulheres têm presença marcante. Estas participantes são em maioria solteiras, separadas, casadas e viúvas, enquanto que os homens em sua maioria eram casados ou tinham uma companheira.

Estes dados referentes ao estado civil também foram sendo coletados na pesquisa de campo, quando muitas destas mulheres foram entrevistadas. Todas as mulheres, independentes do estado civil, traziam consigo traços de uma vida camponesa, da roça e do quintal, pois estas foram às palavras mais pronunciadas em cada momento de conversa ou entrevista. A identificação que muitas mulheres e homens deram para si foi a de serem lavradores, isto não significava apenas ser alguém que nasceu na roça, mas que vivenciou várias práticas de trabalho, diversão, rezas e relações de poder neste espaço rural.

Além disto, foi possível perceber que as mulheres casadas tinham muito mais dificuldades para estarem presentes nas reuniões, pois muitos maridos ou companheiros e filhos interferiam em alguns momentos na sua saída de casa. Já as mulheres solteiras, viúvas e separadas não tinham este problema, pois elas tomavam suas decisões assumindo muitas das ações dentro do projeto. Estas buscavam meios não só de participar das reuniões com sugestões assumindo determinadas ações, mas também estavam sempre buscando alternativas

econômicas e de valorização da cultura local. O fato de as mulheres buscarem produzir bolsas com palha de milho, fazer doces ou ainda bordados é de alguma forma um resgate das praticas tradicionais ainda que estas tragam em si algo de inovador.

Uma das formas encontradas para as mulheres foi à capacitação através de cursos do SENAR (Serviço Nacional de Aprendizagem Rural que oferece cursos de capacitação no meio rural) e de participantes do projeto. Isto por que ficou evidenciado que a falta de formação e instrução básica era uma espécie de barreira para iniciar uma produção, seja de doce ou artesanato. Desta maneira, compreendeu-se que era necessário uma formação as pessoas interessadas em desenvolver atividades de produção artesanal em casa, logo a capacitação foi um caminho, conforme Giddens (1999), é um elemento essencial na modernidade. Para isto, foi necessário organizar um grupo de mulheres que tinham interesse em desenvolver atividades de corte e costura e artesanato em tecido, bem como para a produção de doces, geléias e licores. Neste sentido, o grupo gestor do projeto procurou entre as mulheres participantes as que já desenvolviam estas atividades para instruir as demais mulheres e homens interessados na produção. Também houve mulheres que buscaram participar de cursos do SENAR no intuito de desenvolver a produção de bolsa com palha de milho, sendo também multiplicadora desta aprendizagem com outros interessados em desenvolver esta prática.

Assim, tanto a produção de artesanato, doces e bolsa com palha de milho eram desenvolvidas em suas casas, neste lugar as mulheres organizavam o seu tempo de atividade das suas tarefas domésticas e da produção. Durante a pesquisa de campo foi possível visualizar este universo da casa como espaço de trabalho, onde a maior parte dos trabalhos eram realizados na sala e na varanda, onde costumeiramente os instrumentos de trabalho ficavam exposto e os produtos deste ficavam acessível para quem chegasse pudesse ver e até comprar-los.

Entretanto, verificou-se que as mulheres participantes desta produção compreenderam estas atividades também como uma forma de valorizar produzir renda e integrar a mulher no mercado de trabalho, já que ela pode vender e ganhar uma renda para ajudar em casa. A falta de trabalho no município é uma preocupação da população local, e isto tem influenciado as mulheres a produzirem algo que pudesse ser inserido no mercado.

Desta maneira muitas mulheres têm transformado os recursos naturais em alimentos como doces e biscoitos para vender e complementar a renda familiar, pois acreditam que podem melhorar a qualidade de vida da sua família. O fato de muitas famílias estarem hoje na parte urbana disputando com outras os empregos e melhores condições de vida, coloca a questão da pobreza como algo marcante. Por isto, muitas mulheres têm buscado encontrar saídas para resolver este problema que permeia em suas famílias.

Chant (1997), ao tratar sobre gênero, urbanização e pobreza, aborda que os movimentos diferenciados de homens e mulheres das áreas rurais para urbanas são variados, sendo que das áreas urbanas do mundo em desenvolvimento revelam que na America Latina, no Caribe e o sudeste Asiático o fluxo de migração está integrado na maioria por mulheres. De acordo com Kandiyoti (1986) as famílias pobres que não tem acesso a terra e ao trabalho estão dependendo cada vez mais da força do trabalho de seus membros, em sua maioria mulheres. Em São João D'Aliança, conforme foi investigado muitas mulheres tem deixado o meio rural para trabalhar e estudar ou para acompanhar os filhos no trabalho ou nos estudos, tornando-as cada vez mais a chefe de família.

O mais difundido método para relacionar pobreza e gênero tem sido o indicador das mulheres chefes de família; este é habitualmente utilizado como medida da feminilização da pobreza. Uma das razões para essa associação relaciona-se aos

menores rendimentos femininos no mercado de trabalho: assim, as famílias chefiadas por mulheres deveriam ser as mais pobres entre os mais pobres (MELO, 2005, p. 9).

E muitas mulheres quando não conseguem empregos ou querem complementar a renda familiar têm produzido algo que possam vender e garantir o sustento da família. Zaluar (1985), em seu estudo sobre a pobreza urbana no Rio de Janeiro, descreve que a falta de comida é associada à pobreza, isto porque a comida é o principal veículo através do qual os pobres urbanos pensam a sua condição. Também Candido (2001) aborda que a alimentação ilustra o caráter de seqüência ininterrupta, de continuidade, que há nas relações do grupo com o meio.

Ela é de certo modo um vínculo entre ambos, um dos fatores da sua solidariedade profunda, e, na medida em que consiste numa incorporação ao homem de elementos extraídos da natureza, é o seu primeiro e mais constante mediador, lógica e por certo historicamente anterior á técnica (Candido, 2001, p. 35-36)

Assim, os meios de subsistência de um grupo não podem ser vistos de forma separada de suas relações socioambientais. No caso de São João D'Aliança, durante varias entrevistas, havia uma relação da posse da terra como forma de garantir a alimentação no meio rural anterior, quando as pessoas tinham terra e alimento pela produção que assegurava o seu sustento. Já na atualidade, falta trabalho e dinheiro para comprar comida no meio urbano e isto também é associado à pobreza. Para alguns informantes, no meio rural de antes havia o trabalho e a comida garantida e hoje se vive com bem menos comida na cidade, mas buscam-se as condições básicas como assistência a saúde, educação e trabalho neste espaço urbano. É por isto que muitas mulheres procuram produzir algo para garantir o sustento da família.

De certa forma, a produção de doces e outros produtos com recursos do cerrado, é uma forma de resgatar o que parece estar sendo perdido. No entanto o que se afirma é que as mulheres encontraram dificuldades para vender o produto, porque para elas o valor destes produtos fabricados foi entendido como algo secundário.

A percepção é de que o mercado industrializado já traz tudo pronto e sem perigos de perdas do produto pela validade, além de ser mais barato. Também as mulheres informaram que muitos donos de mercados ou lojas querem produtos com certificação e selo industrializado para garantir que não haverá perdas do produto, caso não seja vendido de imediato.

Assim as mulheres que produziram doces, geléias, licor, bem como bolsas de palha de milho e outros produtos artesanais sentiram de perto a desvalorização do produto final do seu trabalho, bem como do próprio recurso do cerrado. Neste sentido entende-se que a sustentabilidade da população local é cada vez mais afetada por novas formas de modernidade. Isto por que, conforme Shiva (1993) destaca, há um jogo de valores do poder dominante que emergiu com a ascensão do capitalismo comercial gerando desigualdade e dominação, de maneira que, as práticas de produção que refletem o conhecimento da tradição, não tem legitimidade no mercado.

A MODERNIDADE E A MULHER

A modernidade é um estilo de vida que iniciou na Europa e se expandiu pelo mundo trazendo novas configurações de encaixe e desencaixe (Giddens, 1999). É neste cenário moderno que não só a vida da mulher tem sido alterada como o trabalho em casa diante de novas formas existente.

Em entrevistas com mulheres procurou-se perceber a sua visão em relação às diferenças

existentes na vida da mulher do seu tempo (de sua juventude) e na atualidade. Para a maioria, as mulheres hoje têm maior oportunidade de viver a vida e podem escolher o seu destino, pois no seu tempo a mulher já tinha um destino traçado, que era casar-se. Neste contexto, poucas tinham oportunidade de estudar. As que estudavam, geralmente eram de origem da fazenda, mas também iriam casar-se e seguir a tradição do papel da mulher dentro do espaço doméstico. Analisando o registro das entrevistadas compreende-se que este comportamento, ou seja, este destino era algo tido como natural e cíclico, onde a cada casamento a família estava renovando o ciclo de alianças, renovando as relações entre as gerações, repassando o modo de vida da família pelo trabalho, religião, educação ou pelo lazer. A mulher que não se casava ficava sob os cuidados da família, mas sofria pressão de alguma forma. Da mesma maneira, as mulheres que se casavam e sofriam agressões do marido eram, de alguma forma, pressionadas a suportarem a situação como se isto fizesse parte do seu destino.

A questão da violência contra a mulher ainda é uma situação real na vida de muitas mulheres brasileiras, esteja esta na vida urbana ou rural.

Os dados para o estudo foram colhidos dos registros de ocorrência da Delegacia de Mendes (RJ), realizados no período de 1997 a 2001, retirados do acervo da delegacia (DEAC - Delegacia Especial de Acervo Cartorário). Os resultados demonstram que a violência contra mulher é um problema grave na cidade, pois no período estudado, do total de 1.000 casos de crimes e infrações registrados na delegacia, 40% aproximadamente se deveram à violência contra a mulher e 20%, especificamente, de violência conjugal (LAMOGLIA & MINAYO, 2009, p. 596).

Ou seja, mesmo na atualidade e em cidades como Rio de Janeiro, esta situação não deixa de ser tão diferente. O que muda é a possibilidade de acesso das mulheres nas grandes cidades a meios que permitam a denúncia, como delegacias de mulher e o número telefônico gratuito específico. Bem como as novas oportunidades de trabalho que a mulher pode ter para não depender mais do marido e não ter que suportar as agressões por causa da dependência financeira, muitas mulheres hoje trabalham em casa. A maioria das mulheres, dizem que no passado tinham que suportar agressões dos homens, mas hoje há lei que defenda a mulher embora falte muita informação sobre esta.

No caso de São João D'Aliança, as entrevistadas sabem um pouco sobre os direitos da mulher e muito do que sabem são informações relacionadas a reportagens de alguns fatos expostos na televisão. Em nenhum momento foi citada a Lei Maria da Penha (2006).

O dia 7 de agosto de 2006 representa uma data histórica no enfrentamento da violência doméstica e familiar contra a mulher. Nesse dia, o Estado brasileiro, em cumprimento aos preceitos constitucionais de garantia à vida, à segurança, à não-violência e aos acordos internacionais ratificados em resposta às demandas dos movimentos feministas e de mulheres, promulgou a Lei no 11.340, também conhecida como Lei Maria da Penha, em homenagem à cearense que, em 1983, sofreu duas tentativas de homicídio praticadas pelo marido e ficou paraplégica (IPEA, 2007, p.227).

Mesmo existindo a referida lei, em São João D'Aliança não há delegacia especializada para casos de violência contra mulher. Conforme esclarece um informante, nesses casos busca-se apoio no conselho tutelar e se não resolver as mulheres têm que se deslocarem para Alto Paraíso ou Formosa. Ou seja, embora a nova lei garanta às vítimas da violência o acompanhamento de advogados durante todo o processo judicial, bem como o acesso à assistência judiciária gratuita, para as mulheres de São João D'Aliança o acesso a isto é difícil.

A nova legislação prevê também a criação de Juizados Especializados de Violência Doméstica e Familiar, cujo objetivo é dar maior celeridade aos processos e garantir às mulheres um atendimento adequado, com profissionais mais capacitados e sensíveis às questões simbólicas que envolvem esse fenômeno. Mas a dificuldade de acesso aos recursos da lei faz com que muitas mulheres terminem desistindo dos seus direitos. A desistência está relacionada aos empecilhos que a mulheres terão que enfrentar junto a seu marido e família, sem garantia de proteção ou assistência. Esta lei e todo o processo judiciário que podem contribuir para a eliminação de todas as formas de violência, ainda não tem sido acessível a todas as mulheres, principalmente as que residem em pequenas cidades e no meio rural.

De acordo com as entrevistadas, algumas mulheres (as mais jovens) hoje não suportam qualquer tipo de agressão. Elas separam-se dos maridos e passam a trabalhar, voltam a estudar e conseguem viver, definindo o que é melhor para a vida dela e dos seus filhos. Geralmente são mulheres mais jovens que estudaram e têm o apoio de parentes enquanto trabalham. Isto antes era quase impossível: a mulher se casava para viver e, independente do seu destino, não tinha a quem denunciar. E por outro lado, muitos parentes não apoiavam caso a mulher resolvesse deixar o marido, pois embora tivessem conhecimento que a ação do marido era violenta, isto era considerado um comportamento normal do homem.

Na atualidade, há vários mecanismos instituídos pela política pública brasileira, mas nem todos ainda são conhecidos ou acessíveis.

A Central de Atendimento à Mulher é um serviço do governo federal que auxilia e orienta as mulheres vítimas de violência através do número de utilidade pública 180. As ligações podem ser feitas gratuitamente de qualquer parte do território nacional. As atendentes da Central são capacitadas em questões de gênero, legislação, políticas governamentais para as mulheres e são orientadas para prestar informações sobre os serviços disponíveis no país para o enfrentamento à violência contra a mulher e, principalmente, para o recebimento de denúncias e o acolhimento das mulheres em situação de violência. Conhecendo seus direitos legais e obtendo informações sobre os locais onde podem ser atendidas, as mulheres têm uma possibilidade real de romperem com o ciclo de violência a que estão submetidas. Uma ligação pode ser o diferencial na vida de uma mulher (SECRETARIA ESPECIAL DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES, 2006, p.13)

Quanto ao conhecimento do número telefônico 180 - Central de atendimento à mulher que pode ser utilizado para denunciar a violência contra mulher em qualquer parte do país, este também não foi citado pelas entrevistadas.

O II Plano Nacional de Políticas para as Mulheres - II PNPM (SECRETARIA ESPECIAL DE POLÍTICA PARA AS MULHERES, 2008, p. 07) expressa a vontade política do Governo Federal em reverter o padrão de desigualdade entre homens e mulheres. Sendo um plano de governo, precisa pensar em reverter também o padrão de desigualdade entre o meio rural e urbano, os municípios pequenos e as grandes cidades, já que as diferenças no que se refere ao acesso das mulheres destas duas realidades ao conhecimento dos seus direitos e aos meios para garanti-los é gritante.

No entanto, há um fator que contribuiu para a autonomia da mulher: é o peso da política pública atuando na vida diária, como é o caso da pensão alimentícia, do registro da criança com o nome do pai, do exame de DNA. O fato de a mulher poder cobrar judicialmente e a lei aplicar a pena ao homem foi um dado bastante levantado pelas entrevistadas, como uma das melhores coisas que veio existir para as mulheres e seus filhos.

Vários casos foram relatados para esboçar o sofrimento da mulher e dos filhos que não eram registrados com o nome do pai. Um deles foi de uma senhora que falou de sua angústia

por que no seu registro de nascimento só consta o nome da mãe e o pai é inexistente.

De acordo com a pesquisa, antes quem tinha filhos com homens casados era considerada mulher de vida livre e os filhos eram chamados filhos da natureza. Neste caso, no registro acabavam por ter apenas o sobrenome da mãe.

Já na atualidade, há vários casos de mulheres que entraram na justiça e o homem, na maioria das vezes, paga a pensão alimentícia aos filhos. Uma das mulheres que entrevistei falou que o pai da sua criança não acreditou que ela faria isto, daí ela fez o exame de DNA e ficou confirmado que a criança era realmente filho dele. Só após isto ele passou a pagar pensão e a se aproximar do filho. Esta mulher afirma que se ela vivesse no passado, no período da mãe dela, o sofrimento seria muito grande.

De acordo com Rago (2004, p. 31) “se as palavras indicam muito das mudanças sociais e culturais de uma época, pois são carregadas de historicidade...” compreende-se que as vivências registradas pelas lembranças também demonstram o peso que muitas mulheres carregavam por não terem meios que as amparassem. E, por outro lado, percebe-se que as conquistas de hoje são resultado da mobilização de muitas mulheres que expuseram publicamente seu sofrimento, unindo-se em uma luta comum para reverter o padrão de desigualdade entre homens e mulheres. É uma luta pelo direito de ter direito, de ser respeitada seja na casa, no quintal, na rua, no trabalho, na política, no lazer e em tantos outros espaços públicos e privados.

Quanto à mulher que trabalha fora, segundo as informantes, era considerada muito pobre e sem muita opção para o sustento da família. Antigamente quase não tinha emprego e muitos homens não queriam que a mulher fosse trabalhar na casa dos outros, como doméstica. Mesmo assim, algumas mulheres buscavam um ou outro trabalho na ausência do marido e quando este ficava sabendo havia confusão. Para evitar isto, algumas mulheres procuravam fazer biscoitos ou costurar para fora no intuito de melhorar a renda da família sem sair de casa.

Já na atualidade, as mulheres têm tido um espaço maior de emprego, principalmente para as que estudaram. Elas passaram a trabalhar como professoras, secretárias, costureiras, comerciantes, vereadora, vice-prefeita, em cartório e outros cargos antes só ocupados por homens. Por outro lado, as mulheres com menos instrução continuam trabalhando na roça e nas casas de famílias, como também desenvolvendo atividades em casa para vender e ajudar no sustento da família. Todas, mesmo trabalhando fora e em casa, continuam cuidando da sua casa. São elas que organizam e sustentam a vida da família, dos filhos, netos e agora, em muitos casos, do marido.

Para as entrevistadas, a diferença é que a mulher de hoje com toda a dificuldade não se sente presa a um homem, não deixa de trabalhar fora e estudar por que ele quer. A diferença é ser mais autônoma para casar, separar, trabalhar, estudar. Ou seja, decidir sua vida faz com que seja a grande diferença entre a mulher do passado e a do presente.

Em função disto, a mulher hoje é vista como emancipada, como aquela que conseguiu romper com a ordem cultural da mulher dentro de casa e saiu deste espaço sem deixá-lo, mas também trabalha nele com olhar no mercado. Tanto as mulheres como os homens com idades entre 30 a 92 anos afirmam que hoje a mulher tem mais emprego, mais oportunidade de viver e mais a Bolsa Família e a aposentadoria que a ajudam. A Bolsa Família geralmente fica sob a responsabilidade das mulheres e assim elas administram esta fonte de renda e também o dinheiro do seu trabalho. Desta maneira, a mulher assumiu um lugar maior na economia familiar ao administrar todo o orçamento doméstico, que antes ficava a cargo do homem. Antes não tinha nada disso e todos tinham que trabalhar até morrer. Uma informante de 90 anos afirma:

A mulher hoje trabalha menos, ela não sabe o que é dificuldade, ela tem fogão dentro de casa, não busca mais lenha. Se for pra fazer alguma coisa dentro de casa ela reclama e antes não se via isso. Ela compra fora, resolve tudo, os homens só entregam o dinheiro e a mulher é que resolve tudo.

Segundo uma informante de 34 anos, “a mulher hoje tem destino, sai de casa vai trabalhar e estuda em Brasília e ajuda a família. Antigamente à mulher não tinha destino, obedecia, não saia para trabalhar fora”. O fato da perda de espaço e de produtividade no antigo ambiente da família levou-a a constituir uma nova organização onde a mulher acabou por assumir a responsabilidade pela família.

Assim, de acordo com a informante, a mulher rompeu com o sistema cultural em que ela era quase que exclusiva de dentro de casa. Hoje ela trabalha menos com o pesado por causa da tecnologia avançada: não pega no pilão e tem tanquinho e maquina de lavar. Apesar de que há mulheres que não tem acesso a esta tecnologia, mas tem o acesso da água dentro de casa e outros meios modernos que possibilita maiores oportunidades da mulher estudar, trabalhar e cuidar dos filhos dentro e fora de casa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Durante a pesquisa de campo foi verificado que o acesso e as relações da população de São João D’Aliança com os recursos naturais do cerrado foi reduzido em função da perda de terras e da modernização agrícola que tem ocupado grandes áreas, degradando os recursos ambientais do cerrado goiano. Os grupos familiares tradicionais tem tido sua produção agrícola de subsistência reduzida, tendo dificuldades para plantar e vender seus produtos por causa do agrotóxico que traz à praga as demais plantações causando a perda das sementes e também pela concorrência que este sofre com os produtos industrializados que são vendidos nos mercados na cidade com preços inferiores.

Além disto, a pobreza é muito marcante e a competição pelos poucos empregos é muito grande entre os trabalhadores na região. As grandes fazendas é que termina ofertando trabalho direto e indireto com trabalhos temporários, sendo os homens os principais ocupantes deste posto de trabalho. Enquanto a mulher tem mais oportunidades trabalhando como empregada domestica, no comercio, em escolas ou em casa fazendo artesanato, doces, costurando e outros tipos de atividades com produção para venda externa.

A questão do desemprego tem sido marcante e influenciado no comportamento masculino e feminino, uma vez que estes buscam outras alternativas para resolverem este problema, seja pelo emprego temporário ou o trabalho realizado em casa. Muitas mulheres entendem que fazer o trabalho em casa, como a confecção de bolsa de palha de milho, é muito bom por que quem tem criança não precisa se preocupar em sair de casa, mas o problema é a venda, pois falta uma associação ou organização de artesão para proporcionar a venda.

Além disto, o que se percebe é que a mulher conseguiu se adaptar a atualidade, ao encontrar caminhos para resolver problemas antes tidos como mais difíceis. Já o homem tem muito mais dificuldades de se adaptar e se inserir nesta atualidade.

Mas cabe ressaltar que a modernidade influenciou a efetividade da existência de uma política pública voltada para as mulheres contribuindo com ações concretas para estas buscarem garantir seus direitos. O fato das mulheres estarem amparadas por uma lei favoreceu o empoderamento destas na sociedade. Por outro lado, verifica-se que as políticas públicas para as mulheres precisam torna-se mais eficaz e visível no cenário nacional, para que tanto as mulheres do meio urbano como rural tenham maiores acesso. As dificuldades

encontradas pelas mulheres em relação aos seus direitos associadas às questões ambientais, trabalhistas e familiares são muitas vezes barreiras para que as mulheres e suas famílias tenham melhor qualidade de vida. Além disto, verificou-se que as alternativas de resolução dos problemas locais nunca emergiram por meio da política pública, mas da iniciativa privada, particular ou da organização social local. Neste sentido verificou-se que o Projeto Mulheres das Águas contribuiu com a decisão de mulheres para desenvolver o trabalho em casa. Assim como influenciou na iniciativa da organização local de empoderamento de homens e mulheres a buscarem soluções para problemas referentes à saúde, educação, poluição e contaminação da água de uso doméstico, dentre outros.

REFERENCIA BIBLIOGRÁFICA

ALMEIDA, R. A. **O saber camponês**. Monografia de graduação, DEPARTAMENTO DE ANTROPOLOGIA, UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA, 1988.

ALMEIDA, V. L. F. **Gênero e sustentabilidade no Cerrado Goiano**. Dissertação de Mestrado, CENTRO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTAVEL, UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA, 2010.

ALVES, G. **Trabalho e Mundialização do Capital- O Novo (e Precário) Salariado Tardio**. Disponível em: RET Rede de Estudos do Trabalho <www.estudosdotrabalho.org> Acesso em: 28/06/2010.

BRANDÃO. C. R. **Plantar, colher, comer**: um estudo sobre o campesinato goiano. Rio de Janeiro: Edição Graal, 1981.

BOURDIEU, P. **A dominação masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

CANDIDO, A. **Os Parceiros do Rio Bonito**: Estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida. São Paulo: Duas Cidades, 2001.

CHALUB-MARTINS, L. Projeto Mulheres das Águas: Uma experiência de luta pela conservação da vida no cerrado. In **Revista do Premio Ambiental Von Martius**, São Paulo-Alemanha, v.01, 2005, p. 10-25.

CHANT, S. O género, urbanizacion y pobreza: El reto de los “hogares”. In **Economía, sociedade y território**. Julio-diciembre, año/vol.1, número 002. El Colégio Mexiquense, A.C. Toluca, Mexico, PP. 257-284, 1997.

GIDDENS, A. **As Conseqüências da Modernidade**. São Paulo: UNESP, 1991.

HALBWACHS, M. **A memória Coletiva**. São Paulo: Vértice, 1990.

IPEA. Igualdade de gênero. In **Políticas sociais – acompanhamento e análise**, fev. 2007. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/sites/000/2/publicacoes/bpsociais/bps_14/igualdade_genero.pdf>. Acesso em: 18/02/2008.

LAMOGLIA, C. V. A.; MINAYO, M. C. S.. Violência conjugal, um problema social e de saúde pública: estudo em uma delegacia do interior do Estado do Rio de Janeiro. In **Ciência & Saúde Coletiva**, 14(2): 595-604, 2009.

LIMA, E. M. **Caracterização geoambiental e econômica visando subsidiar as ações de planejamento e gestão no nordeste goiano**. 2002. Disponível em: <www.observatoriogeogoiias.com.br/ob,%20%/20martins.pdf>. Acessado em 02/01/07.

MINAYO GOMEZ, C. & COSTA THEDIM, S. M. F.. Precarização do trabalho e desproteção social: desafios para a saúde coletiva. In **Ciência & Saúde Coletiva**, 4 (2):411-421, 1999.

MELO, H. P. **Gênero e Pobreza no Brasil** - Relatório Final do Projeto Governabilidade Democrática de Género en America Latina y el Caribe. Brasília: Comissão Econômica para América Latina e Caribe (CEPAL) Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SPM), 2005.

KANDIYOITI, D. **La mujer em los sistemas de produccion rural: problemas e políticas**. Barcelona: Serbal/Unesco, 1986.

RAGO, M. Ser mulher no século XXI: Ou carta de alforria. In **A mulher brasileira nos espaços público e privado**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

SILVA. L. O. **AS LEIS AGRÁRIAS E O LATIFÚNDIO IMPRODUTIVO**. Disponível em:<http://www.seade.sp.gov.br/produtos/spp/v11n02/v11n02_02.pdf> Acesso em : 28/06/2010.

SECRETARIA ESPECIAL DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES: Presidência da Republica. **Central de atendimento a mulher**. Brasília, 2006.

_____. **II Plano Nacional de políticas para as Mulheres**. Brasília, 2008.

_____. **CONVENÇÃO Nº 111/1958**. Disponível em: <<http://www.ilo.org/portugue/region/ampro/brasil/inf/download/convencao111.pdf>>. Acesso em: 12/12/2009.

SHIVA, V. Os sistemas 'desaparecidos' do conhecimento. In **Monocultura da mente**. Trumpeter: Vol 10, Nº 4, 1993.

ZALUAR, A. **A máquina e a revolta: as organizações populares e o significado da pobreza**. São Paulo: Brasiliense, 1985.